

SENADORA

LEILA DO VÔLEI



MEIO AMBIENTE

Leila liderou debates sobre preservação ambiental

MULHERES

Mais de R\$ 13 MILHÕES para as mulheres do DF

SAÚDE

DF ganha novas unidades de saúde com emendas da senadora Leila

ESPORTE

Mais de 200 mil brasilienses atendidos



ÍNDICE

\\ Palavra da senadora.....	4
\\ Linha do tempo	6
\\ Mulheres	8
\\ Meio Ambiente	20
\\ Esporte	36
\\ Leila por todos.....	42
\\ Saúde.....	50
\\ Pelo DF.....	58

Palavra da senadora

Se esta revista chegou até você, é porque de alguma forma o meu trabalho impactou a sua vida. Aqui, você verá um resumo das ações que marcaram 2024, um ano de desafios e importantes conquistas.

Em defesa do Distrito Federal, mantive meu olhar atento às necessidades da população. Articulei recursos para projetos sociais, liderei a recomposição salarial das forças de segurança da capital e atuei de forma decisiva no combate à crise de dengue, garantindo que o DF fosse a primeira unidade da Federação a receber o imunizante. Também fiscalizei e cobre ações do GDF com rigor, sempre lutando por melhores condições de vida para nossa gente.

Na liderança da Bancada Feminina, representei o Brasil na Cúpula dos Parlamntos do G20, defendendo políticas com perspectiva de gênero e maior representatividade feminina. Lutei ainda pela aprovação de projetos de lei que garantem mais segurança para as vítimas de violência doméstica e defendi o direito à vida, sempre defendendo um trabalho paralelo que eduque os nossos jovens para compreender o papel das mulheres na sociedade.

Como presidente da Comissão de Meio Ambiente, enfrentei os impactos dos extremos climáticos que abalaram o Brasil, como a seca histórica no Pantanal e as enchentes devastadoras no Rio Grande do Sul. Trabalhamos para aprovar o Estatuto do Pantanal e a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, além de concluir a relatoria do projeto que cria o Mercado de Carbono, posicionando o Brasil como referência global em responsabilidade ambiental.

Continuaremos a lutar para transformar desafios em oportunidades e construir um Brasil e um Distrito Federal onde todos possam viver com dignidade, respeito e segurança. Que 2025 traga dias melhores para todos nós e que possamos seguir, juntos, na caminhada por um futuro mais justo, sustentável e democrático.

Boa leitura.





LINHA DO

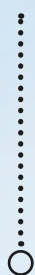
Garantiu a construção dos campi do Instituto Federal de Brasília em Sobradinho e Sol Nascente e articulou o envio das primeiras doses da vacina contra a dengue para o DF.



Janeiro

Fevereiro

Cobrou mais ação do GDF no combate à dengue e acompanhou o início da campanha de vacinação na capital.



Celebrou a aprovação do seu projeto de lei que cria medidas protetivas para menores vítimas de violência;

Construiu o acordo que garantiu o auxílio moradia para PMS e bombeiros do DF;

Organizou debate sobre proteção das águas no DF.

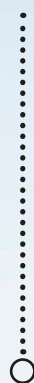


Março

Abril

Fiscalizou o início das obras da UBS de Santa Maria;

Acionou o MPDFT para fiscalizar a grilagem de terra no DF.



Apresentou emenda para reestabelecer a isonomia entre a PCDF e a PF;

Foi eleita como nova Líder da Bancada Feminina no Senado;

Comemorou a sanção do Marco Legal dos Games;

Participou de visita às vítimas da tragédia no Rio Grande do Sul.

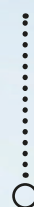


Maio

Junho

Apontou falhas no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília;

Defendeu a aprovação do projeto sobre conscientização para depressão pós-parto.



O TEMPO 2024

Acompanhou as obras de duplicação da Via Guará-Núcleo Bandeirante;

Anunciou R\$ 50 milhões para saúde do DF;

Apresentou projeto para tornar o estupro crime imprescritível.



Julho

Agosto



Foi premiada em três categorias do Prêmio Congresso em Foco;

Alertou sobre o aumento da violência contra a mulher;

Defendeu a extensão da licença-maternidade e do salário-maternidade em caso de internação da mãe ou do recém-nascido.

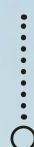
Apresentou projeto para incentivar investimentos no combate a queimadas e combater grilagem de terras;

Fez alertas sobre as queimadas no Cerrado.



Setembro

Outubro



Cobrou medidas urgentes do GDF para evitar crescimento dos casos de dengue;

Promoveu debate sobre prevenção e tratamento ao câncer de mama.

No Fórum Parlamentar do G20, defendeu maior participação feminina na política;

Celebrou a aprovação do seu projeto de incentivo às pesquisas sobre mobilidade elétrica.



Novembro

Dezembro



Comemorou a sanção da lei que cria o Mercado de Carbono;

Lutou para preservar o Fundo Constitucional do DF.

MULTI SECTORS





Compromisso na defesa das mulheres

A pauta feminina segue como destaque de atuação da senadora Leila. Desde que assumiu o mandato, em 2019, ela já destinou recursos de emendas parlamentares para mais de 70 projetos sociais com foco na capacitação profissional e no acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade social em todo Distrito Federal. No total, foram investidos mais de R\$ 13 milhões no empoderamento feminino e na redução das desigualdades de gênero.

Um exemplo de projeto apoiado por Leila é o Divas Empreendedoras, no Riacho Fundo II. As 660 mulheres atendidas pela Associação de Moradia, Emprego, Turismo e Renda (AMETUR) participam de cursos de capacitação em estética. O suporte dado para elas tem como objetivo resgatar a autoestima e permitir o ingresso no mercado de trabalho, movimentando a economia local e melhorando a qualidade de vida das suas famílias.

As 600 mulheres começaram, e as 600 terminaram nosso curso. Ainda temos mais de 400 mulheres em lista de espera, e sabemos que o caminho é esse: capacitar. A senadora Leila tem o mesmo pensamento e é nossa parceira incansável nessa ação que muda tantas vidas.

Janaina Braga, coordenadora do Projeto Divas Empreendedoras

Leila nos destinou duas emendas que atendem de maneira eficaz 100 crianças e adolescentes, mais 100 mulheres que fazem nossos cursos de música, gastronomia, informática e empreendedorismo. Todos sempre ficam muito alegres com a senadora visitando nossos projetos.

Rejane Pacheco, fundadora do Instituto Reciclando Sons

Além do reconhecimento das mulheres brasileiras, a atuação parlamentar de Leila do Vôlei também se destaca pelo prestígio entre a senadora. A primeira mulher eleita senadora pelo Distrito Federal foi eleita líder da Bancada Feminina no Senado, passando a ocupar uma posição de extrema importância para que leis e ações parlamentares de interesse feminino avancem dentro do Congresso Nacional. Como, por exemplo, os debates acerca da Reforma do Código Eleitoral, onde Leila conversou com o relator do projeto, senador Marcelo Castro, para fixar em 20% o número mínimo de cadeiras para mulheres em todas as casas legislativas do país.



P20

Aproximadamente 70% das pessoas vivendo em pobreza extrema são mulheres, refletindo uma disparidade significativa na distribuição de recursos e oportunidades. Pobreza, desigualdade e discriminação afetam desproporcionalmente as mulheres globalmente.

Na abertura da 1ª Reunião de Mulheres Parlamentares do P20, destaquei a importância de incluir as mulheres nas discussões sobre desenvolvimento. O evento, que reúne parlamentares dos países do G20, é uma convocação para construirmos um futuro onde a equidade de gênero seja realidade, e não apenas uma aspiração.

Estar presente nesta construção coletiva, com a força de mulheres do mundo todo, me reenergizou para ir além e continuar nosso trabalho incansável em busca de um planeta melhor, mais sustentável e democrático.

Assim, como por toda a história da humanidade, é nas mãos das mulheres que continuam as tarefas mais árduas. É nas mãos de todas as mulheres do mundo que, via de regra, está a missão de reeducar e reconstruir nosso planeta. Mulheres parlamentares do mundo estiveram em Maceió, repensando caminhos para que o nosso futuro seja possível.

Primeiro, o papel das mulheres na justiça climática e na sustentabilidade ambiental. Segundo, a ampliação da participação política das mulheres em espaços de poder. E, terceiro, a promoção da igualdade de gênero e autonomia econômica das mulheres.

P20 no Brasil

Parlamentares de 20 países debatem representatividade feminina



Em 2024, o Brasil foi palco de um dos eventos políticos mais aguardados do ano: o encontro do P20, que reuniu líderes parlamentares das 20 maiores economias do planeta para discutir temas urgentes, como representatividade feminina nos espaços de poder, política internacional, segurança global e sustentabilidade. Em julho de 2024, em Maceió, Alagoas, aconteceu o 1º Encontro de Mulheres Parlamentares do P20. O evento é mais que uma plataforma de diálogos globais, mas também uma vitrine para o protagonismo feminino e brasileiro. A senadora Leila do Vôlei desempenhou um papel de destaque na elaboração da Carta de Alagoas, documento que traz 17 recomendações a serem seguidas pelos países do G20, e que busca ampliar direitos e oportunidades para as mulheres a nível global.

Liderança feminina presidindo a abertura

A Conferência do P20 teve início com uma cerimônia marcante, presidida pela própria Leila do Vôlei, senadora pelo Distrito Federal e líder da Bancada Feminina no Senado, ao lado da líder da Bancada Feminina na Câmara, a deputada Benedita da Silva, e do presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira. A escolha de Leila para comandar esse momento histórico, diante de parlamentares das maiores economias do mundo, foi um símbolo do fortalecimento da voz feminina no Congresso Nacional e também uma demonstração de como o Brasil está se posicionando no cenário global, com ênfase nas questões sociais, econômicas e ambientais, muito bem representadas e trabalhadas com zelo no mandato de Leila.

A primeira senadora eleita pelo Distrito Federal ganhou notoriedade no país como atleta de voleibol antes de se lançar na política. Ela tem se destacado por sua habilidade em diálogo e de fortalecimento da política nacional através de sua postura propositiva e resolutiva em temas que envolvem o desenvolvimento de políticas públicas voltadas, sobretudo, para o esporte, mulheres, desenvolvimento econômico e meio ambiente. Na abertura do evento, ela destacou a importância da colaboração internacional para enfrentar crises globais, como a mudança climática, as desigualdades econômicas e a necessidade de mais ações concretas de combate à violência de gênero.



“

Uma sociedade só pode ser verdadeiramente democrática e justa quando as mulheres estão igualmente representadas nas decisões que impactam suas vidas e suas comunidades.”

Senadora Leila

A Carta de Alagoas: um marco no diálogo global

Um dos momentos mais significativos do encontro foi a elaboração da Carta de Alagoas, um documento que sintetiza as posições e compromissos que devem ser adotados pelos países do G20 em relação a temas globais cruciais, como o desenvolvimento sustentável, o combate à pobreza e a promoção de políticas públicas que garantam a inclusão social, levando em consideração sempre o protagonismo feminino. Leila do Vôlei foi uma das parlamentares responsáveis pela redação e pela articulação das ideias que deram forma ao texto.

A Carta de Alagoas não só propõe soluções para os desafios globais, como também coloca o Brasil em uma posição de liderança no debate internacional. O Brasil mostrou ao mundo o potencial de sua diplomacia interna e externa, enfatizando a necessidade de uma agenda global inclusiva e acessível, especialmente no que diz respeito aos direitos das mulheres e à educação para todos.

O compromisso com a equidade de gênero foi um dos pilares do documento, algo que Leila defende com afinco. Em um mundo onde as mulheres ainda enfrentam obstáculos significativos para alcançar os mesmos direitos e oportunidades que os homens, a senadora brasiliense fez questão de destacar a importância de uma maior representação feminina nas esferas de poder e decisão.



Estupro: crime imprescritível

O direito ao corpo e a segurança das mulheres foi um tema central na atuação parlamentar de Leila do Vôlei durante 2024. O Projeto de Lei 2.664/2024 teve grande repercussão na sociedade e mídia nacional, além de receber apoio de praticamente todos parlamentares da Casa.

Acolhendo uma demanda de vítimas e sensibilizada pelas estatísticas aterradoras de crimes de estupro não denunciados no Brasil, Leila submeteu à Casa o projeto para tornar estupro crime imprescritível. A lei vigente estabelece um prazo de 16 anos para que a vítima denuncie seu agressor, e de 20 anos a contar da data da maioridade de vítimas que foram abusadas antes de completarem 18 anos.

O estigma social das vítimas de estupro é um dos grandes empecilhos para que estas busquem a Justiça imediatamente. Estabelecer um prazo para que a denúncia seja feita, impede que vítimas respeitem o seu trauma, o que acaba beneficiando criminosos que contam com a prescrição do crime como fator de impunidade.

“É só com o tempo que a mulher agredida consegue vencer o constrangimento autoimposto, que é reflexo de uma sociedade machista e misógina. O projeto de lei que apresentei incentiva mais vítimas a denunciarem, sabendo que sua busca por justiça não será limitada pelo tempo.”

Senadora Leila



Violência contra a mulher: epidemia social

No ano em que a Lei Maria da Penha completou 18 anos, os números de violência contra a mulher continuaram a crescer em uma escalada alarmante. No Distrito Federal, foram registrados 79.168 mil boletins de ocorrência por violência doméstica nos últimos cinco anos. Neste mesmo período, o descumprimento de medidas protetivas cresceram 202%, evidenciando a insegurança que as mulheres de Brasília enfrentam diariamente. Enquanto mulheres continuam figurando como vítimas de todos os tipos de violência, mesmo após 18 anos da lei que é vanguarda mundial e modelo de legislação na proteção de mulheres, no Congresso Nacional, Leila do Vôlei atua fortemente para a modernização da legislação e ampliação do amparo às vítimas de violência.

5 AÇÕES LEGISLATIVAS EM 2024

1

Se posicionou contra o projeto de lei que criminalizaria o aborto, inclusive em casos de risco de morte materna, de anencefalia e casos de violência sexual sofrida por mulheres.

2

É autora do projeto que estabelece obrigatoriedade dos órgãos policiais e do judiciário adotarem práticas de acessibilidade no atendimento às mulheres com deficiência e vítimas de violência.

3

Foi relatora do projeto que institui prioridade no Bolsa Família para mulheres em situação de vulnerabilidade social e vítimas de violência doméstica.

4

Promoveu audiência pública sobre saúde mental das mulheres trabalhadoras das forças de segurança.

5

Comemorou a aprovação do Projeto de Lei 5.133/2023, que busca criar ações públicas para a conscientização acerca da depressão pós-parto e os impactos dessa doença na vida das famílias brasileiras.

Bancada Feminina no Senado

Um ano de conquistas para as mulheres brasileiras!

*Sob a liderança da senadora Leila,
a Bancada Feminina:*



Comemorou a sanção de **9 leis** que garantem mais proteção, igualdade e oportunidades para as mulheres



Trabalhou pela aprovação de **22 projetos de lei** para garantir direitos



Participou de **22 audiências públicas** sobre políticas públicas para mulheres e meninas



Os números que machucam

X

56

mulheres
agredidas por dia
no DF

61%

não denunciam
agressões por
dependência financeira

48%

veem o agressor
descumprir a
medida protetiva

1

estupro
a cada 6 minutos

77 mil

mulheres
perseguidas

FONTE: DataSenado, SSP-DF e Anuário Brasileiro de Segurança Pública

X

Trabalho que faz diferença

69 projetos de capacitação para mulheres em vulnerabilidade

Recursos para construção de três Casa da Mulher, espaços de acolhimento às vítimas de violência doméstica

Alerta imediato quando o agressor descumprir a distância de segurança

Autora da Lei do Stalking, que já protegeu 161 mil mulheres

Projeto para tornar o estupro imprescritível



MEIO AMBIENTE

Ano decisivo para o clima

Em 2024, o Brasil enfrentou eventos climáticos extremos que impactaram diretamente a vida de milhões de pessoas. No Rio Grande do Sul, fortes chuvas causaram enchentes devastadoras em todo o estado, resultando em milhares de desabrigados, 183 mortes e 27 desaparecidos, além de prejuízos bilionários na agricultura e infraestrutura. Já em outras regiões do país, especialmente no Cerrado e na Amazônia, os incêndios florestais se intensificaram, atingindo áreas de proteção ambiental e avançando sobre propriedades rurais.

Dados oficiais indicam mais de 8 mil focos de incêndio registrados apenas nos meses de seca, colocando em risco a biodiversidade e as comunidades locais. Além disso, o Brasil viveu a maior seca de sua história, com mais de 180 dias sem chuvas significativas em várias regiões, afetando o abastecimento de água, a produção agrícola e aumentando a pressão sobre os recursos hídricos.

Diante dessa crise, o Senado Federal aprovou legislações que aumentam as penas para crimes ambientais e estabelecem regras mais rígidas para planos de adaptação climática nas cidades, reforçando a necessidade de políticas preventivas e de resposta rápida a desastres. Esses esforços refletem a urgência de soluções integradas para proteger o meio ambiente e garantir a segurança da população brasileira. Foi na Comissão de Meio Ambiente, presidida pela senadora Leila do Vôlei, onde os principais projetos foram debatidos e aprovados.



36 É preciso um esforço coletivo para restaurar os nossos ecossistemas, que passemos a desenhar cidades mais inteligentes, integradas e adaptadas a essa nova realidade. Flexibilizar normas ambientais não trará mais desenvolvimento, reduzir áreas de preservação e de conservação não fará gerar mais renda.”

Senadora Leila



A Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo foi um dos grandes avanços conquistados neste ano. A análise do texto estava travada no Senado e contou com articulação política da senadora Leila do Vôlei para ser aprovado e sancionado. A Lei 14.944 institui responsabilidades entre os entes federativos da União na criação de políticas, programas e planos que promovam o manejo do fogo; reconhece o uso da técnica no controle de espécies exóticas e invasoras; estabelece a responsabilização no caso de uso indevido e não autorizado do fogo, além de respeitar e reconhecer o uso tradicional e adaptativo do fogo por comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.

“

Nós não temos plano B. Nós não temos para onde correr. Temos nossas responsabilidades para as futuras gerações. Temos ainda um futuro por zelar e a gente tem que ter esse compromisso com as futuras gerações.”

Senadora Leila



Punição severa

Os incêndios florestais ocorridos neste ano no Brasil são provocados principalmente por ações criminosas para promover a desordem, na opinião de 59% dos brasileiros. Os dados são do Instituto Data Senado e foram encomendados pela presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado. Leila protocolou dois projetos de lei, um para aumentar a punição aos criminosos e outro para combater a grilagem de terras e incentivar os proprietários rurais a fazerem investimentos com foco na prevenção e combate aos incêndios.

O PL 3.567/2024 aumenta a pena para crimes como “provocar incêndio em florestas e vegetações”, que passa de dois a quatro anos de prisão para de seis a dez anos, além de multa. Já o PL 3.629/2024 propõe que os proprietários rurais adotem medidas preventivas para evitar incêndios em suas terras. Entre as medidas previstas para incentivar esses investimentos, está a concessão de incentivos fiscais, como a dedução do valor empregado na aquisição de bens e materiais em prevenção às chamadas no imposto de renda, e a oferta de crédito rural diferenciado para aquisição desses equipamentos. Um dos pilares do projeto é a recuperação de áreas devastadas por incêndios. As áreas queimadas terão uso restrito por 15 anos, garantindo que a natureza tenha tempo para se regenerar e restabelecer sua biodiversidade e impedindo o uso de queimadas para a ocupação irregular.

Na linha de frente pela preservação

A senadora Leila do Vôlei, presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), saiu do gabinete para ouvir de perto a população e as equipes que enfrentam diariamente os desafios da preservação ambiental. No Parque Nacional de Brasília, ela acompanhou o combate às chamadas que consumiram 27% da área de preservação. Representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e do Corpo de Bombeiros Militar do DF relataram as dificuldades impostas pela defasagem de efetivo, demanda pela qual Leila se empenhou em garantir recursos para realizar um novo concurso público.

Na defesa do Pantanal, a Comissão de Meio Ambiente promoveu visitas e debates em Cuiabá, em um encontro que reuniu pantaneiros, pesquisadores, parlamentares e agentes de fiscalização ambiental do governo federal e estadual. No evento, discutiu-se a necessidade de ampliar investimentos em prevenção e na estrutura de combate a incêndios. Enfrentando a pior estiagem dos últimos 75 anos, 18% do bioma foi destruído pelos incêndios apenas em 2024. As autoridades ressaltaram a urgência de ações coordenadas e políticas públicas eficazes para proteger essa riqueza natural para as futuras gerações.



“É importante ouvir quem está na linha de frente. Uma coisa é acompanhar pela imprensa; outra é estar lá, dialogar com as comunidades e ver a realidade de perto”, afirma Leila. “A CMA fez o debate onde ele era mais necessário, construindo pontes e soluções em parceria com quem vive os desafios ambientais no dia a dia.”

Senadora Leila



Visita oficial da Comissão de Acompanhamento da Tragédia do Rio Grande do Sul – Maio/2024

Adaptação das cidades

As enchentes no Rio Grande do Sul e as queimadas que deixaram várias cidades sob uma densa fumaça escancaram a necessidade de as cidades estarem preparadas para enfrentar o agravamento da crise climática e colocaram de vez a questão ambiental como tema central das políticas públicas. Ao lado dos membros da comissão temporária do Senado que acompanha a calamidade no Rio Grande do Sul (CTERS), Leila foi ao estado gaúcho duas vezes conversar com produtores rurais, moradores dos municípios atingidos e lideranças políticas para colher depoimentos essenciais para subsidiar os trabalhos do Senado na reconstrução das cidades afetadas pelo extremo climático.

De imediato, o Senado aprovou o projeto que suspende os pagamentos de 36 parcelas mensais da dívida do Rio Grande do Sul com a União. O dinheiro será aplicado em ações de enfrentamento da situação de calamidade pública provocada pelas chuvas nas últimas semanas. Também foi aprovado o projeto de lei que estabelece regras gerais para a formulação de planos de adaptação às mudanças climáticas. Em parceria com estados e municípios, o governo federal terá que elaborar um plano nacional de adaptação das cidades à mudança do clima.



Recursos para o RS

As cenas chocantes de um estado inteiro devastado pelas enchentes criaram uma corrente de solidariedade em todo o país. Assim como milhões de brasileiros enviaram roupas, cobertores e mantimentos para o Rio Grande do Sul, a senadora Leila destinou R\$ 1,6 milhão em emendas para socorrer os irmãos gaúchos. "A situação é realmente catastrófica. Vimos um povo sofrido, um povo que de uma hora para a outra perdeu tudo. Que essa situação do Rio Grande do Sul sirva de alerta."

Legislando para um futuro sustentável

A Comissão de Meio Ambiente (CMA), sob a presidência da senadora Leila do Vôlei, teve um ano legislativo intenso e produtivo. Foram realizadas **96 reuniões**, nas quais os membros se debruçaram sobre temas cruciais para a preservação ambiental e a sustentabilidade no Brasil. Com o compromisso de fortalecer a agenda ambiental no Congresso, a comissão aprovou **82 projetos de lei**, todos voltados para a proteção de ecossistemas, regulamentação de mercados de carbono e fortalecimento de ações de mitigação climática. ***Essa é a maior produção legislativa da CMA desde o ano de 2017.***

Além disso, a comissão deliberou ainda requerimentos, abrangendo desde pedidos de informação até convocações de autoridades, buscando ampliar a transparência e a efetividade das políticas públicas ambientais. Foram promovidas **47 audiências públicas**, que reuniram especialistas, lideranças comunitárias e representantes governamentais para discutir soluções para problemas como queimadas, manejo sustentável de recursos e adaptação climática nas cidades brasileiras.



96 reuniões



82 projetos de lei



47 audiências públicas



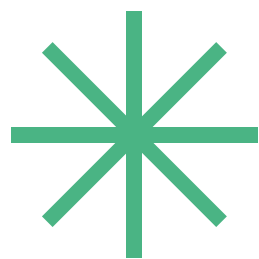


Os processos de seca e queimadas estão se tornando cada vez mais intensos, mais severos e frequentes. Se nada mudar, corremos o risco de perder o Pantanal até o fim do século!”

Ministra Marina Silva

MERCADO DE CARBONO





Brasil + verde

Trabalho de Leila restabelece protagonismo brasileiro na pauta ambiental

Após anos de discussões, foi sancionada a Lei 15.042, que estabelece o marco regulatório do mercado de créditos de carbono no Brasil. O tema permaneceu parado nas gavetas do Senado até que Leila do Vôlei foi designada relatora do projeto em 2022. A parlamentar brasileira promoveu mais de 100 reuniões e audiências públicas para construir o acordo entre o governo federal, governos estaduais, setores econômicos e a sociedade civil, permitindo a aprovação da legislação.

Segundo especialistas e técnicos da equipe econômica do governo, a legislação brasileira é uma das mais completas do mundo e será referência para outras nações que desejam criar seus próprios mercados de créditos de carbono.

O projeto institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), composto por um Mercado Regulado e um Mercado Voluntário. O SBCE tem o objetivo de regular e reduzir as emissões de gases que contribuem para o aquecimento global em território brasileiro. Além de auxiliar o Brasil no cumprimento de suas metas de emissões perante o Acordo de Paris, protegerá os produtos nacionais da incidência de eventuais taxas sobre exportações, como no caso do mecanismo de ajuste de fronteira de carbono da União Europeia. A iniciativa também ajudará a financiar a transição energética, atrair investimentos e promover a retomada do protagonismo mundial do país na questão ambiental.

O Brasil estava atrasado em relação a outros países de destacado peso na economia mundial, como as nações da União Europeia, os Estados Unidos, a China, o Canadá e, na América Latina, o México e o Chile, que já instituíram marcos regulatórios para sistemas de precificação de carbono. De acordo com o Banco Mundial, em 2022, os 73 mercados que atualmente precificam o carbono movimentaram US\$ 100 bilhões. Além disso, a União Europeia começará a impor tarifas a produtos de países que não possuem um mercado de carbono regulado. É uma janela de oportunidade que não podemos perder.

Foto: Diogo Zacarias/MF



Um país tão dependente do equilíbrio e da estabilidade climática, em função do peso da agropecuária em nossa economia, não pode se dar ao luxo de atrasar essas medidas. Temos observado uma crescente ocorrência de eventos climáticos extremos como enchentes, estiagens e ondas de calor, deixando claro que o aquecimento global é um processo em curso e que precisa ser mitigado e revertido."

Senadora Leila



como vai funcionar o mercado de carbono

A lei sancionada institui regras para garantir a necessária segurança jurídica para fomentar uma economia de baixo carbono no Brasil, evitando judicializações e assegurando a integridade dos projetos de captura e redução de gases do efeito estufa (GEE) da atmosfera, impedindo a dupla contagem e garantindo adequação aos parâmetros internacionalmente acordados para as transferências internacionais de créditos de carbono.

No Mercado Regulado de Carbono, as atividades, fontes e instalações que produzem gases de efeito estufa – com exceção da produção agropecuária – terão um limite para emissões. Aquelas que emitem acima de 10 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente por ano deverão enviar um plano de monitoramento das emissões, além de encaminhar relato de emissões e remoções de GEE.

Para quem emitir acima de 25 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente por ano será necessário enviar ainda um documento que descreverá o cumprimento dos compromissos ambientais definidos para reduzir a pegada de carbono. Se não atingir as metas de redução, a companhia terá que adquirir créditos de carbono para compensar as emissões. Todas as atividades serão geridas pelo órgão gestor do SBCE, que será uma entidade criada pelo governo federal.

AGORA É LEI!

Também estão sendo criadas as regras para a plena funcionalidade do Mercado Voluntário, ambiente no qual empresas, governos e indivíduos poderão gerar e comercializar seus créditos de carbono ao realizarem ações de Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) ou projetos que evitam as emissões de GEE, dentre eles, projetos de reflorestamento, energias renováveis, práticas de eficiência energética e de remoção desses gases pela manutenção da floresta em pé, pela restauração de passivos ambientais do Código Florestal e por práticas agrícolas de baixo carbono.

Com uma das maiores coberturas florestais do mundo e uma matriz energética limpa, o Brasil tem condições de liderar o mercado de créditos de carbono. Segundo o Banco Mundial, o comércio global de carbono movimentou cerca de US\$ 100 bilhões em 2022. Regulamentar esse mercado no Brasil representa uma oportunidade para impulsionar práticas sustentáveis e contribuir efetivamente para a mitigação das mudanças climáticas.



Infrações e penalidades

A lei também estabelece penalidades para as instalações que infringirem as regras aplicáveis ao SBCE. Essas infrações administrativas serão estabelecidas sem ato específico do órgão gestor do mercado regulado de carbono. As punições vão desde advertência; multa; embargo de atividade, fonte ou instalação; suspensão parcial ou total de atividade, de instalação e de fonte; e restrição de direitos (suspensão de registro, perda de benefícios fiscais, proibição de contratar com a administração pública).

O descumprimento das regras pode implicar em multa para empresas equivalente ao valor das obrigações descumpridas desde que não supere o limite de 3% do faturamento bruto da organização. Para entidades e pessoas físicas, o valor da multa varia de R\$ 50 mil a R\$ 20 milhões.

Ao menos 75% dos recursos do SBCE serão direcionados para o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Outros 15%, no mínimo, serão direcionados à manutenção do sistema de comércio de emissões e 5%, à compensação pela contribuição dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais para a conservação da vegetação nativa e dos serviços ecossistêmicos.



esports



Esporte como prioridade

Em 2024, Leila seguiu trabalhando para que o esporte fosse tratado como uma poderosa ferramenta de inclusão social e transformação de vidas. No Senado, lutou por um esporte mais justo, transparente e acessível, combatendo problemas estruturais e éticos. Pelas ruas do DF, as emendas parlamentares indicadas por ela promoveram eventos e atividades esportivas em todas as regiões administrativas e incentivaram diversas modalidades esportivas.

Conheci muitas pessoas, mas a senadora tem mudado nossa trajetória. Antes da emenda, 100% dos professores eram voluntários. Agora, além dos salários pagos, tem distribuição de kimonos já no primeiro dia de projeto, e nenhum aluno desistiu.

Professor Betinho - fundador do Projeto Social Campeão, de jiu-jitsu

Outro caso de apoio ao esporte é a Federação de Vôlei do Distrito Federal, que ao longo do ano promoveu todos os campeonatos locais, atendendo atletas desde os 13 até os 60 anos. Ao longo de seis anos de mandato, já são mais de 191 projetos atendidos com recursos destinados pela senadora. Os mais de R\$ 40 milhões investidos beneficiaram cerca de 200 mil brasilienses.



O esporte mudou a vida da minha família e me ensinou valores que são fundamentais para os mais diversos desafios. Meu trabalho é para que mais pessoas tenham a oportunidade de ter suas vidas transformadas."

Senadora Leila

Acordo pela Lei de Incentivo ao Esporte

A senadora Leila do Vôlei construiu um acordo para garantir a continuidade da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE). Líderes de diversos partidos concordaram em apoiar a derrubada do veto a um dispositivo da Lei Geral do Esporte que tornava a LIE uma política pública permanente. A análise ocorrerá na primeira sessão conjunta do Congresso Nacional em 2025.

O esporte é mais do que formar atletas, é formar cidadãos e dar esperança aos jovens. Depois da LIE, o esporte social passou a ser enxergado de forma diferente. Minha luta é para que ela tenha a mesma estabilidade, valorizando técnicos, atletas e projetos que realizam um trabalho que o Estado muitas vezes não consegue alcançar.”

Senadora Leila

Transparência na gestão

Mais uma legislação de autoria de Leila foi sancionada em 2024. A Lei 15.041 incluiu o Comitê Olímpico do Brasil (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC) e o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP), a Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE) e a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) no Sistema Nacional do Esporte (Sinesp).

Para a senadora Leila do Vôlei, a legislação organiza e fortalece o sistema esportivo nacional, além de esclarecer que esses comitês devem cumprir as exigências de gestão, participação, transparência e controle social da Lei Geral do Esporte.





Protegendo atletas e treinadores

Visando garantir segurança a atletas e treinadores, a senadora Leila apresentou um voto favorável ao projeto que estabelece a obrigatoriedade da contratação de seguro de vida e de acidentes pessoais a esses profissionais quando forem participar de competições nacionais e internacionais. A parlamentar foi a relatora do projeto 67/2015, que foi aprovado no Senado e agora aguarda análise da Câmara dos Deputados. “Não estamos tratando aqui apenas de atletas de alto rendimento, mas de sim de todos aqueles que porventura vão competir. É o mínimo: ter a garantia do seguro. Estamos fazendo justiça”, afirmou a relatora.

O projeto foi apresentado em 2015, depois que a atleta Lais da Silva Souza se acidentou nos Estados Unidos enquanto treinava para disputar os Jogos Olímpicos de Inverno de Sochi (Rússia) na modalidade de esqui aéreo. Na época, as organizações desportivas só eram obrigadas a contratar seguros para atletas profissionais. Com a aprovação do projeto, as organizações esportivas serão obrigadas a garantir o seguro de vida e acidentes pessoais para todos os atletas e treinadores, e as entidades responsáveis pelas modalidades olímpicas e paralímpicas ficando encarregadas de contratar o seguro para os não profissionais.



Esporte para a melhor idade

Também coube à senadora Leila do Vôlei analisar e emitir um voto ao Projeto de Lei 4.974/2023, que cria a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para Pessoas Idosas. Como relatora do projeto que tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida, promover a saúde e reduzir a dependência funcional dessas pessoas, Leila recomendou o voto favorável e foi acompanhada pelo demais membros da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Ela destacou a rápida evolução do envelhecimento da população brasileira e alertou para a necessidade de conscientizar os idosos sobre os benefícios da atividade física. Em seu voto, Leila propôs a inclusão de profissionais de educação física ou fisioterapia nos programas de atendimento às pessoas da melhor idade, para assegurar orientação segura e evitar lesões.

Se transformada em lei, a política incentivará a criação de espaços públicos apropriados e seguros para a prática de atividades físicas, além de promover campanhas educativas e parcerias com diversos setores da sociedade. Também promoverá a integração de programas de atividade física a outros serviços de saúde para idosos e criará incentivos fiscais e financeiros para apoiar a implementação dessas iniciativas.

O INEC, Instituto Nosso Esporte Clube, tem a tradição de mais de 32 anos de existência, tirando crianças das ruas da cidade de Ceilândia e transformando essas vidas com o esporte, em especial o futebol; e nunca tivemos ajuda por parte do poder público, até a senadora Leila do Vôlei nos descobrir e nos oferecer ajuda. Conseguimos uniformes, material, incentivo pra não acabar o projeto. Antes disso, estávamos sem perspectivas.

*Marcio Viana e Luiz Alberto,
presidente e vice-presidente do INEC*



Liberdade de expressão no esporte!

O Senado trabalha para que sejam proibidas punições relacionadas ao exercício da liberdade de expressão no esporte. A medida quer que atletas, profissionais de educação física e outros envolvidos no universo do desporto tenham liberdade para emitir opinião política. A proposta conta com o trabalho da senadora Leila do Vôlei para ampliar a proteção a diferentes tipos de manifestações, não se limitando a manifestações políticas. O Projeto de Lei 5.004/2020 busca evitar que os direitos fundamentais dos atletas sejam suprimidos durante as competições em detrimento de qualquer manifestação ou expressão. A proposta estabelece que manifestações, sejam verbais ou gestuais, não poderão ser punidas, salvo em casos específicos, como infrações civis ou penais, desrespeito às regras do esporte, desobediência à arbitragem ou interrupção do andamento das competições.



Foto: Divulgação/CBV

Esporte livre de preconceito

A senadora Leila do Vôlei solicitou à Procuradoria-Geral da República que investigasse os ataques homofóbicos sofridos pelo atleta de vôlei de praia Anderson Melo durante uma partida no Circuito Brasileiro, em Recife. O episódio, que incluiu ofensas e a falta de intervenção imediata da organização do evento, gerou indignação na senadora, que criticou a postura das entidades esportivas diante do preconceito e enfatizou a necessidade de ações concretas da Confederação Brasileira de Vôlei (CBV).

A senadora lembrou a importância da Lei Geral do Esporte, sancionada em 2023, cujo um dos objetivos é promover a cultura de respeito e paz nas arenas. Ela foi relatora da legislação e ressaltou que entidades esportivas e o Estado devem cumprir o que está estabelecido.

Em abril, o Senado Federal aprovou um voto de solidariedade aos alunos da Escola Franciscana Nossa Senhora de Fátima, vítimas de insultos raciais durante uma partida de futsal contra o Colégio Galois. A iniciativa foi de autoria da senadora Leila, que destacou a urgência de as escolas e instituições de ensino implantarem

programas e ações contínuas de promoção da igualdade e de combate ao racismo.

“Devemos garantir que este episódio se torne um ponto de virada, um momento de aprendizado coletivo. É necessário que as escolas, os pais e as entidades educacionais repensem urgentemente seus papéis na formação das crianças para exercerem a cidadania”, disse a parlamentar.

Leila ainda visitou os alunos da escola, trocou experiências com os jovens atletas e parabenizou o colégio pela atitude de denunciar o caso de racismo e acolher os meninos da equipe de futsal que foram ofendidos.

LEILA DO VÔLEI POR SEUS PROPOSTOS



Neste ano, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei 2.796/2021, que cria o Marco Legal dos Games. A legislação foi sancionada pelo presidente Lula e tornou-se um divisor de águas para o setor de jogos eletrônicos no Brasil. A senadora Leila do Vôlei, relatora do projeto, destacou que a nova legislação traz mais segurança jurídica para a indústria, estimulando o crescimento do mercado de games.

A indústria de jogos no Brasil é uma das áreas que mais cresce. Ela movimentava cerca de R\$ 12 bilhões por ano, tornando o país o maior mercado da América Latina e o 13º no mundo. Com a implementação do novo Marco Legal, projeta-se que a receita do setor atinja R\$ 131 bilhões até 2026 e crie cerca de 30 mil novos postos de trabalho.

Entre as principais medidas da lei, destaca-se a tributação especial para desenvolvedores de jogos, com incentivos fiscais semelhantes aos da Lei Rouanet e da Lei do Audiovisual. As doações para projetos de produção ou coprodução de jogos independentes poderão ser deduzidas no Imposto de Renda, e a regulamentação deixa claro que jogos de azar não serão contemplados.

O Marco Legal dos Games também reforça a proteção de crianças e adolescentes, exigindo que as desenvolvedoras implementem medidas para garantir a segurança dos jovens nos ambientes digitais, com sistemas de reclamações e consentimento dos responsáveis para compras.

Além disso, a lei prevê o uso de jogos em escolas para fins didáticos e terapêuticos, alinhando-se às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A possibilidade de criar um repositório de jogos financiados com recursos públicos também será explorada para uso em instituições públicas de ensino e saúde.

Outro avanço importante é a desburocratização para microempresas, com a criação de um código específico no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), além de facilitar a importação de ferramentas essenciais para o desenvolvimento de jogos, como os “DevKits” fornecidos por empresas como Sony e Microsoft.

A regulamentação das profissões relacionadas à indústria de games também é um marco importante, com a inclusão de profissionais como programadores e designers na categoria de microempreendedores individuais (MEI). O governo também será incentivado a promover a formação de novos talentos por meio de cursos técnicos e superiores especializados.



O papel decisivo na construção do Marco Legal dos Games rendeu à Leila o prêmio Abragames Newgame+. A honraria foi entregue durante a Gamescom Latam, que é uma vitrine para o setor de games na América Latina, promovendo exposições, competições de eSports e parcerias internacionais. O reconhecimento foi destacado pelo presidente da Abragames, Rodrigo Terra, que enalteceu o diálogo promovido por Leila com os atores do setor para garantir que o projeto atendesse às suas demandas.



“

Sua dedicação e empenho fortaleceram a indústria nacional de jogos eletrônicos.”

Rodrigo Terra



Direito ao nome

Retificação de nome social de forma simples e rápida



A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou em fevereiro de 2024 o projeto que permite a pessoas autodeclaradas transgêneros alterarem prenome e sexo/gênero nos registros civis sem custos. O PL 3.394/2021 foi aprovado com substitutivo da senadora Leila. A proposta estabelece que a alteração pode ser feita sem taxas ou exigências de laudos médicos, e o nome original não precisará constar na averbação.

A senadora Leila do Vôlei ressaltou que a mudança busca promover a saúde mental das pessoas trans, enquanto Contarato defendeu que o processo seja totalmente gratuito, inclusive para emissão de segunda via dos documentos. Além disso, a CDH aprovou requerimentos para audiências públicas sobre temas como violência contra a mulher e “Liberdade de Consciência”, buscando debater políticas públicas e direitos fundamentais.

Em defesa das crianças

Conhecida por sua atuação em defesa de direitos sociais, a senadora Leila do Vôlei tem liderado importantes iniciativas legislativas para proteger crianças e adolescentes vítimas de violência. Entre os projetos mais recentes, destacam-se propostas que reforçam a proteção durante depoimentos, endurecem penalidades para agressores e ampliam o alcance da Lei Maria da Penha para menores de idade.

Com essas iniciativas, ela trabalha pela proteção da infância e da adolescência, contribuindo para um ambiente mais seguro e justo para as novas gerações. As propostas, que estão em diferentes fases de tramitação, são passos importantes para garantir direitos e ampliar a rede de proteção às crianças e adolescentes no Brasil.



Um marco da atuação legislativa da senadora foi a aprovação, pela Comissão de Direitos Humanos, do Projeto de Lei 4.607/2020. O texto, de autoria de Leila, estende as medidas protetivas da Lei Maria da Penha a crianças e adolescentes, especialmente menores de 14 anos, vítimas de violência doméstica ou familiar.

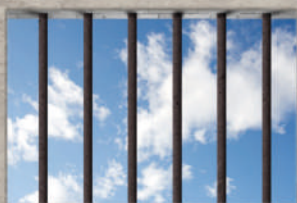
O projeto permite que juízes decretem medidas como o afastamento do agressor e a restrição de posse de armas em qualquer etapa do processo penal. Também prioriza o atendimento de menores em programas de proteção e estabelece a responsabilização de instituições públicas e privadas por omissões ou ações que favoreçam a violência contra menores, com a obrigatoriedade de indenização aos afetados.

Proteção durante depoimentos

Segurança para vítimas e testemunhas

O projeto de Lei 5.997/2023, apresentado por Leila, busca aperfeiçoar a proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. A proposta altera a Lei 13.431/2017 para proibir não apenas o contato visual, mas também qualquer tipo de contato psicológico com o acusado, evitando coação ou intimidação durante os depoimentos.

O projeto determina que os depoimentos sejam realizados em segredo de justiça, gravados em áudio e vídeo, e transmitidos em tempo real. Outra inovação é a possibilidade de dispensar a presença de outras pessoas na sala, dependendo da avaliação de um profissional especializado, que terá autonomia para decidir sobre a permanência do acusado. Essas medidas têm como objetivo evitar a revitimização e proporcionar um ambiente seguro para as vítimas.



Endurecimento de penas para agressores de crianças

Com a relatoria de Leila do Vôlei, o Projeto de Lei 1.299/2024 foi aprovado na Comissão de Segurança Pública do Senado. A proposta endurece as regras para a progressão de regime penal para criminosos que agem com violência ou grave ameaça contra crianças e adolescentes.

Atualmente, condenados podem progredir de regime após cumprir 25% da pena. O projeto eleva essa exigência para 50% nesses casos, equiparando a progressão de pena para esses crimes à prevista para crimes hediondos, como estupro e tráfico de drogas. O objetivo é reduzir benefícios a agressores de menores, protegendo as crianças de forma mais rigorosa.

Mais direitos para as mães

Licença-maternidade deverá contar apenas a partir da data de alta definitiva da mãe ou bebê.

O projeto de lei aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) da Câmara dos Deputados propõe a prorrogação da licença-maternidade e do salário-maternidade em casos de internação da mãe ou do recém-nascido, com o prazo de licença iniciado somente após a alta hospitalar. O PL 2.840/2022 incorpora à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e à Lei 8.213/1991, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade, que estabelece que, em caso de parto antecipado, a licença-maternidade será contada após a alta cuja internação ultrapasse 15 dias.

O projeto, relatado pela senadora Leila do Vôlei foi aprovado pelo Senado e agora será analisado pela Câmara dos Deputados. Para ela, a prorrogação da licença-maternidade e do salário-maternidade é uma questão de justiça social, pois permite que as mães tenham condições de se recuperar fisicamente e de cuidar dos seus filhos, garantindo também a proteção integral da infância. Ela lembrou que partos prematuros são uma das maiores causas de mortalidade infantil.





Leila do Vôlei

Craque do DF no Senado

Prêmios do Congresso em Foco 2024

- ✓ Defesa do Clima e da Sustentabilidade
- ✓ Melhores do Senado
- ✓ Melhores do Centro-Oeste



Fique conectado com a senadora Leila!



atorricilas Oi Leila te vi jogar, ganhar e perder. Mas vejo hoje você lutar pelos menos favorecidos.. Parabéns. Tem meu respeito e admiração. Continue com sua luta. Terá minha admiração e reconhecimento 🙏🙏🙏



mara.alves.1297 A verdadeira representante dos atletas. @leiladovolei passou por todas experiências como atleta e hoje como parlamentar tem mostrado seu compromisso com os atletas brasileiros!! 🙏🙏🙏🙏



fiscalizacao_ambiental Obrigado pelo seu serviço senadora @leiladovolei



institutoreciclandosons A Senadora da responsabilidade social com a comunidades. Vida longa a sua atuação em prol de milhares que mais necessitam de uma política pública para a superação social. Nossa imensa gratidão ❤️



selenybaer Um projeto maravilhoso, focar nas mulheres que em sua maioria são as que mantêm a suas casas.E o melhor de tudo é ter uma representante da politica do DF primeira mulher senadora da nossa capital , apoiando mulheres também. Parabéns Senadora.

Siga nossas redes e acompanhe nosso trabalho



/LeiladoVôlei



@leiladovolei



/leiladovolei



@leiladovolei8

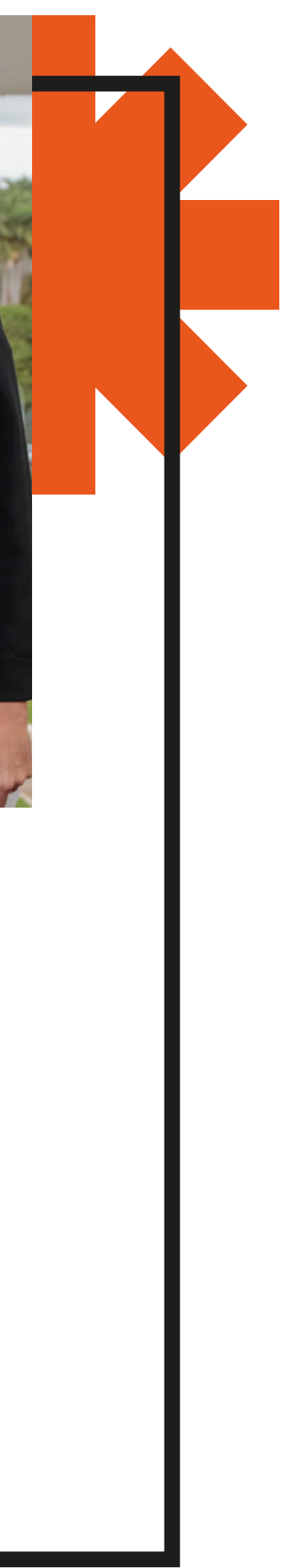


@leiladovolei

leila@vôlei

SAÚDE

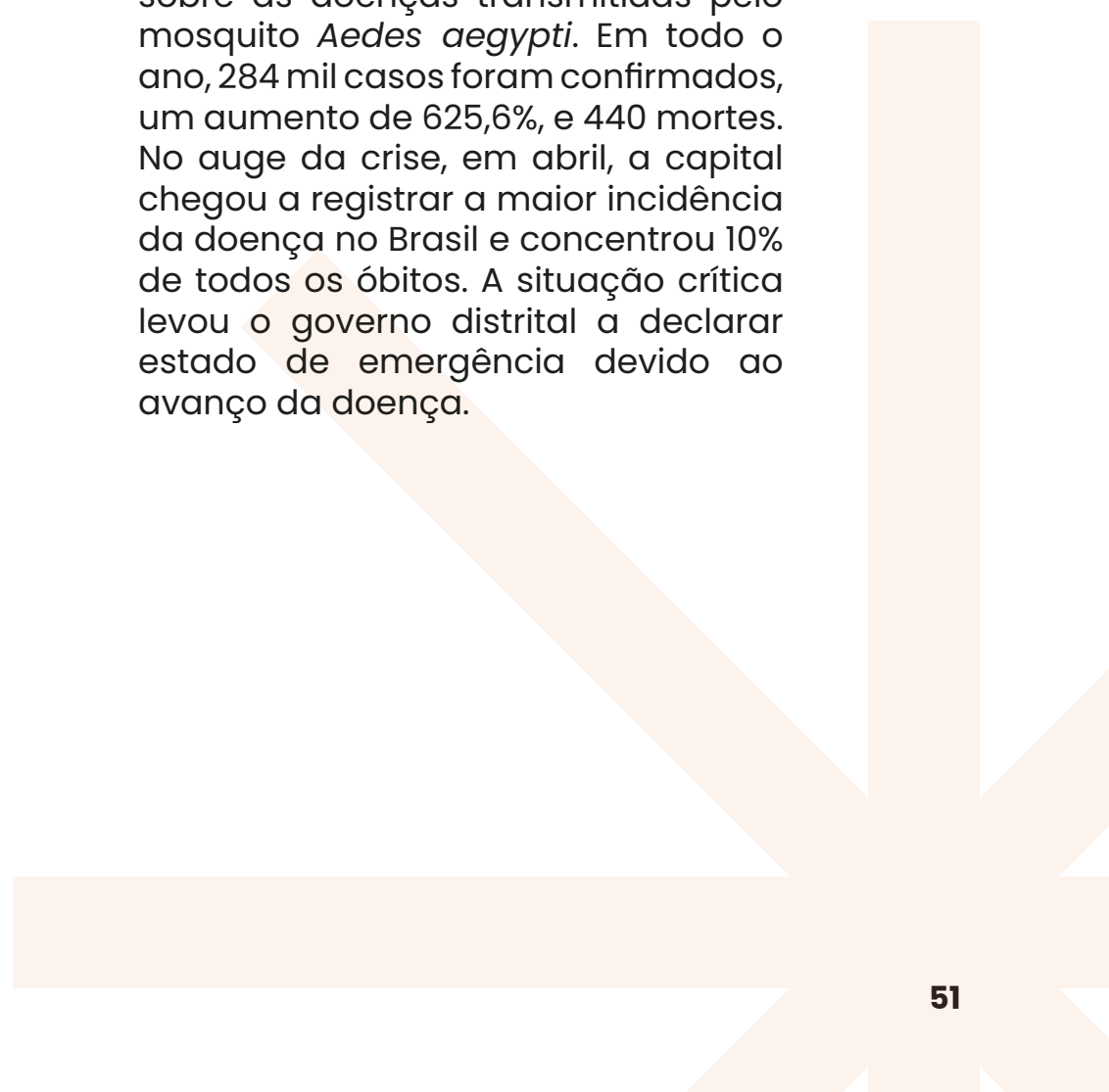




Crise da dengue

*Leila denuncia caos na gestão
da saúde na capital*

A explosão dos casos de dengue no Distrito Federal, ocorrida no início de 2024, foi amplamente discutida no Senado Federal. O debate foi provocado pela senadora Leila do Vôlei, que denunciou a ineficiência nas políticas de prevenção e conscientização da população sobre as doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*. Em todo o ano, 284 mil casos foram confirmados, um aumento de 625,6%, e 440 mortes. No auge da crise, em abril, a capital chegou a registrar a maior incidência da doença no Brasil e concentrou 10% de todos os óbitos. A situação crítica levou o governo distrital a declarar estado de emergência devido ao avanço da doença.





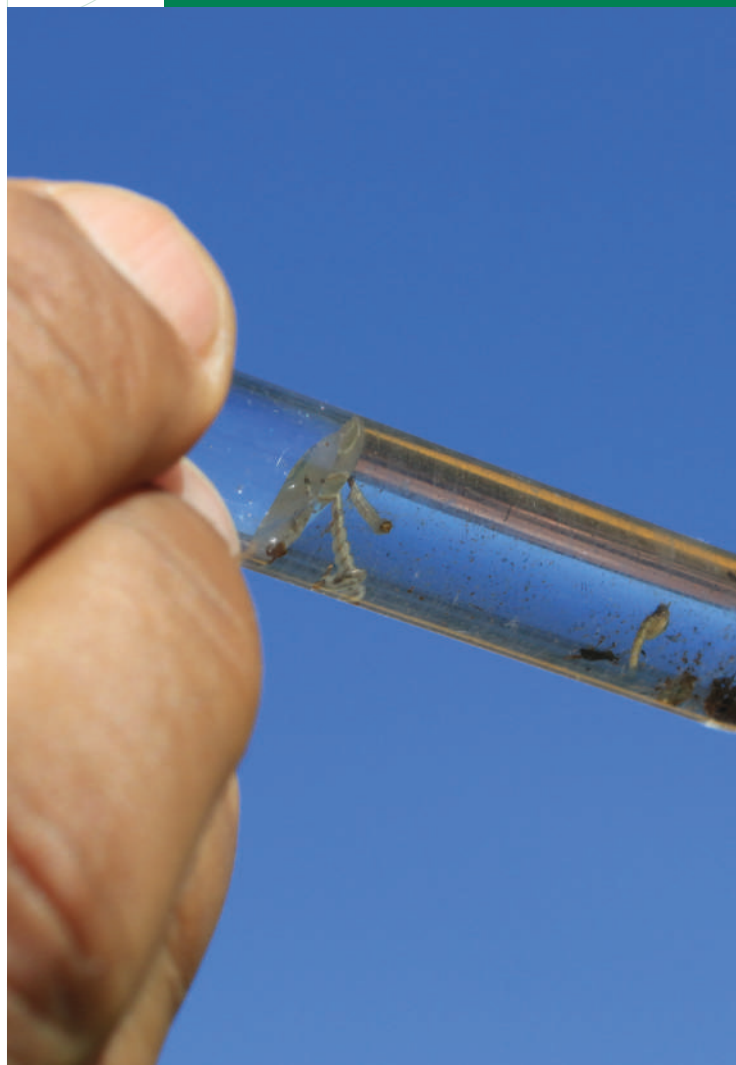
“

A dengue é uma doença sazonal, ou seja, nós sabemos que todos os anos os casos aumentam no período chuvoso e mais quente. É uma doença que está dentro das nossas casas. É triste ver brasilienses morrendo por uma doença que pode ser combatida com campanhas de conscientização e visitas de agentes de saúde para identificar os focos do mosquito.”

Senadora Leila

Leila criticou a redução de investimentos em prevenção das arboviroses, realizada pela atual gestão do GDF. Os recursos das campanhas de prevenção a doenças como dengue, zika, chikungunya, malária e febre amarela diminuíram de R\$ 38 milhões para R\$ 29,5 milhões entre 2022 e 2023. Além disso, em 2023, a falta de renovação dos contratos de agentes de saúde e a nomeação tardia de 75 novos agentes em janeiro de 2024 foram outras falhas apontadas pela parlamentar.

Em resposta à crise, a senadora Leila articulou junto ao Ministério da Saúde e à Presidência da República que o Distrito Federal fosse priorizado na distribuição das primeiras doses da vacina Qdenga. O pedido foi prontamente atendido pela ministra Nísia Trindade e a capital aplicou a primeira dose do imunizante em 9 de fevereiro.



A vacina permitiu que toda nossa família se imunizasse. Antes disso, meu filho mais velho precisou ficar internado no HMIB e foram dias de sofrimento, o que poderia se repetir sem a vacina, tanto com ele quanto comigo ou a minha esposa.

Juan Porto



Também como ação de enfrentamento à epidemia de dengue, Leila defendeu e votou a favor do Projeto de Lei 826/2019, que estabelece o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas. Transformada em lei, a política pública visa retomar os índices elevados de adesão ao Plano Nacional de Imunização, auxiliando o país a combater doenças.

“A legislação não torna a vacinação compulsória. A decisão de vacinar os pequenos continuará sendo da família. A política criada facilita que aquelas famílias que acabaram se afastando da rotina de imunização, se aproximem novamente do calendário de imunização levando as vacinas até o público-alvo.”

Senadora Leila





De olho na saúde pública do DF

Ao longo de 2024, a senadora Leila do Vôlei criticou duramente a gestão da saúde pública no Distrito Federal. A parlamentar brasiliense subiu à tribuna para destacar o caso das crianças que morreram devido à falta de atendimento na rede pública, que foram causadas pela falta de vagas hospitalares e ambulâncias adequadas para transporte emergencial. A saúde do DF também foi alvo de denúncias por negligência. Ela também apontou que o sucateamento do setor, com escassez de profissionais, grandes filas para serviços médicos e problemas com a infraestrutura das unidades de saúde, ambulâncias quebradas e falta de medicamentos.

Leila apontou que, apesar das dificuldades, somente ela encaminhou via emenda parlamentar mais de R\$ 187,3 milhões para melhoramento da infraestrutura hospitalar local, incluindo a compra de equipamentos como aparelhos de hemodiálise e raios-X para o Hospital de Base e o Hospital de Santa Maria. No entanto, a senadora apontou a inversão de prioridades do governo local, mencionando que enquanto o governador planejava a compra de um novo helicóptero, a população sofria com a falta de aplicação dos recursos destinados ao GDF e com a ausência de condições mínimas para o atendimento médico adequado.

R\$ 46 milhões para o Hospital de Base e de Santa Maria

Os hospitais de Base (HB) e Regional de Santa Maria (HRSM) no Distrito Federal receberam investimento de mais de R\$ 46 milhões da senadora Leila do Vôlei, para melhoramento da infraestrutura hospitalar e da qualidade do atendimento médico. A verba foi destinada ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF (IGES-DF) para que os recursos fossem aplicados na aquisição de equipamentos médicos essenciais, como tomógrafos, arcos cirúrgicos, mesas cirúrgicas e sistemas de vídeo endoscopia, contribuindo em diagnósticos mais precisos, tratamentos mais eficazes e cirurgias mais ágeis e de melhor qualidade.

O investimento beneficia diretamente a população do DF, especialmente os pacientes de politraumas, emergências cardiovasculares, neurocirurgia e transplantes realizados no Hospital de Base. O investimento também foi destinado para os cuidados intensivos e diagnósticos no Hospital de Santa Maria. A senadora Leila destacou a importância dessa iniciativa para garantir um atendimento de saúde pública com qualidade e reforçou seu compromisso em continuar seu trabalho para aprimorar o sistema de saúde da região, assegurando que os recursos sejam aplicados de forma eficaz e atendam às necessidades da população.



Santa Maria ganhará UBS de ponta com emenda da Leila do Vôlei

A ordem de serviço para a construção de uma nova Unidade Básica de Saúde (UBS) em Santa Maria, com um investimento de R\$ 11 milhões feito via emendas da bancada do DF destinadas por Leila, foi assinada em 2024. O projeto busca fortalecer a rede pública de saúde na região, que possui mais de 130 mil habitantes. A nova UBS será equipada com estacionamento e calçadas, e terá como objetivo melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde para a população local.

A senadora Leila do Vôlei foi fundamental para a viabilização do projeto, destinando mais de 50% do valor total das obras. Em suas declarações, a senadora destacou o rápido crescimento de Santa Maria, o que tem sobrecarregado os serviços públicos da região. Leila se comprometeu a acompanhar a aplicação dos recursos e a execução da obra, visando atender uma demanda antiga da comunidade.

Santa Maria cresceu e nós precisávamos de mais um serviço de saúde na região. A nova unidade que será construída com a ajuda da senadora Leila beneficiará muito todos os moradores e moradoras. Somos gratos por isso!

*Maria Aparecida Silva,
moradora de Santa Maria*

FOR OTHE



+Educação: Sobradinho II e Sol Nascente recebem novos campi do Instituto Federal de Brasília

O Distrito Federal será contemplado com dois novos campi do Instituto Federal de Brasília (IFB). Sobradinho II e Sol Nascente foram incluídos no programa de expansão dos Institutos Federais a pedido da senadora Leila ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao ministro da Educação, Camilo Santana, e ao ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

A vice-líder do governo no Senado fez o pedido em janeiro de 2024, logo após o governo federal anunciar o programa de expansão dos Institutos Federais. Com as novas unidades, o IFB estará presente em 12 regiões administrativas do Distrito Federal. As unidades oferecerão 56 cursos técnicos, superiores e de pós-graduação, abrangendo desde as ciências exatas até as áreas humanas.



Os IFBs são a porta de entrada para que os jovens de Brasília realizem seus sonhos. Expandir os campi no Distrito Federal significa oferecer oportunidades de qualificação profissional e acesso a empregos dignos para a juventude, além de contribuir para a inclusão social e o desenvolvimento das cidades.”

Senadora Leila

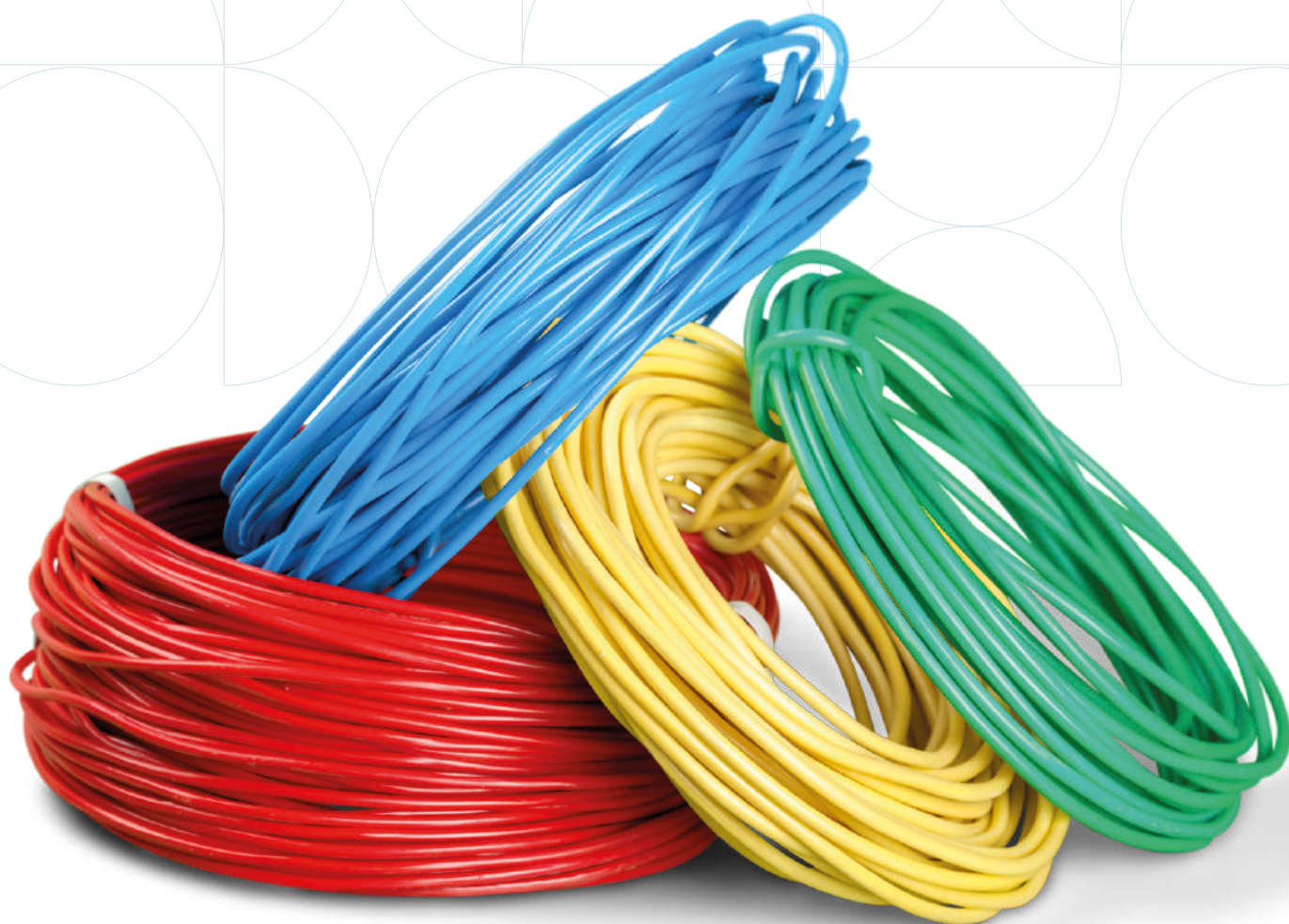
Conservação do DF em debate

As alterações no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), aprovado e sancionado pelo governador Ibaneis Rocha, gerou intensos debates sobre seus possíveis impactos. Durante as audiências públicas realizadas pela Comissão de Meio Ambiente do Senado (CMA), a presidente, senadora Leila do Vôlei, e outros participantes expressaram preocupações sobre as implicações do plano, especialmente no que se refere à especulação imobiliária e ao possível favorecimento de interesses privados em detrimento de questões sociais, ambientais e histórico-patrimoniais. O PPCUB reestabelece as diretrizes para construções e atividades comerciais na capital do país.

Leila levantou sérias preocupações sobre o plano, destacando que a aprovação do PPCUB não resolve adequadamente o déficit habitacional. Ela criticou a proposta por priorizar construções voltadas a segmentos que não atendem à urgência das questões de moradia no DF e por abrir espaço para a especulação imobiliária, o que desconsidera as necessidades da população que vive em Brasília e nas demais regiões administrativas do distrito.

Após o debate, o GDF anunciou que vetaria a construção de alojamentos nas quadras 700 e 900 do Plano Piloto, incluindo hotéis, e também a construção de prédios no parque no fim da Asa Sul. A senadora também alertou que a implementação do projeto poderia agravar os problemas de trânsito, especialmente durante os horários de pico, sem apresentar um plano adequado de mobilidade urbana.





A epidemia do furto de cabos

O Distrito Federal enfrenta uma crise crescente e alarmante: o furto de cabos. De acordo com a Neoenergia, de janeiro de 2023 a maio de 2024, o furto de cabos de energia causou um prejuízo de R\$ 3 milhões. A escalada desses crimes na capital e em todo o país afeta a vida de milhões de brasileiros. Leila do Vôlei comemorou a aprovação de um projeto de lei que apresentou em 2022 para combater essa prática. O PL 2.459, que agora está sob análise da Câmara dos Deputados, eleva as penas para furtos de cabos, como os de energia elétrica, telefonia, TV e internet. O projeto propõe um aumento de um terço na pena para o furto desses materiais e o dobro da punição para quem receptar esses cabos.

Essa medida busca não apenas combater a criminalidade, mas também proteger os serviços essenciais e minimizar os impactos para a sociedade, fortalecendo a segurança e a economia do Distrito Federal, e trazendo mais segurança para a rotina de todos os brasilienses que são reiteradamente afetados por esse crime que já se tornou comum em nosso território.

Mobilidade e qualidade de vida

A duplicação da via que liga o Guará ao Núcleo Bandeirante, uma demanda antiga dos moradores, saiu finalmente do papel. Com investimento de R\$ 10,1 milhões feitos pela senadora Leila do Vôlei, a obra inclui a duplicação e urbanização de um trecho de 1,2 km. A infraestrutura contará com meios-fios, ciclovia, calçadas e melhorias no sistema de drenagem para combater os alagamentos que historicamente abatem a região. As mudanças trazidas pela obra aliviam o tráfego intenso, oferecendo uma alternativa para quem enfrenta congestionamentos na EPTG, EPNB e EPGU.



Essa é uma obra importante para os moradores de várias RAs que tentam, diariamente, fugir dos congestionamentos da EPTG, EPNB e EPGU. A duplicação da via vai significar economia de tempo no fim do dia e uma alternativa extra nos dias em que a cidade parece dar um nó”. **Senadora Leila**



Investindo em segurança

A senadora Leila do Vôlei tem se destacado na luta pela valorização dos policiais e bombeiros do Distrito Federal. A parlamentar foi fundamental na construção do acordo que garantiu a recomposição salarial das forças de segurança da capital e se destacou nas articulações para instalação das mesas de negociação entre o governo federal, as polícias civil e militar, o corpo de bombeiros e o governo do Distrito Federal.

Como as corporações são mantidas com recursos da União (Fundo Constitucional do Distrito Federal), toda modificação na política salarial precisa ser chancelada pelo Congresso Nacional. Um processo burocrático, uma vez que é preciso construir consenso entre as partes antes de levar o texto a votação. Com as mesas de negociação instaladas, os representantes terão um espaço para dialogar de forma direta e constante.

Pelo segundo ano consecutivo, Leila também foi decisiva no debate sobre alteração das bases de cálculo do FCDF. A parlamentar reuniu-se com lideranças partidárias e do governo para explicar que qualquer mudança impactaria diretamente na qualidade de vida dos brasilienses, já que os recursos do fundo são usados para custear a segurança, a saúde e a educação pública no DF.



Esses profissionais enfrentam desafios diários, colocando suas vidas em risco para garantir a segurança da capital do país. É nosso dever, como representantes do povo, assegurar que eles recebam uma remuneração justa e digna, condizente com a importância de suas funções."

Senadora Leila

Efetivos das forças de segurança do DF: Leila contra a defasagem

Ainda em atenção às forças de segurança, Leila do Vôlei cobrou que a defasagem das tropas seja resolvida, sobretudo no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, que incansavelmente combate os incêndios florestais. A defasagem atualmente é de 2 mil postos, sendo que o último concurso ocorreu em 2016. Situação semelhante vive a Polícia Civil do Distrito Federal, que conta com um déficit de 47,8%. A corporação atua com 4,3 mil policiais a menos que o previsto em lei, sobrecarregando os homens e mulheres que seguem na ativa.



Águas do DF: é preciso preservar!

Como presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), a senadora Leila do Vôlei levou o problema das águas do cerrado para o Congresso Nacional. Além de uma audiência pública, o assunto foi tema de uma sessão especial no Plenário do Senado. Nos encontros, foi debatida a necessidade de atualizar a legislação ambiental para reduzir a contaminação das águas no Distrito Federal. As águas do Cerrado, mais especificamente do Distrito Federal, estão sob grave ameaça devido, em grande parte, ao desmatamento, à ocupação desordenada do solo e à poluição dos rios e mananciais. A senadora Leila e os especialistas convidados destacaram a importância do bioma na regulação hídrica do território nacional, e a urgência em proteger esses recursos para garantir o abastecimento de água para as futuras gerações.

A importância da preservação das Águas Emendadas, uma reserva natural vital para a união das bacias Tocantins/Araguaia e Platina também foi levantada nos debates promovidos pela senadora Leila do Vôlei. A Estação Ecológica Águas Emendadas (Esecae) sofre com a contaminação por metais pesados, principalmente provenientes das rodovias e da monocultura, o que compromete a qualidade da água.



Foto: Jorgé Alberto Silva

Priorizando o que é urgente pra você!

R\$ 510

milhões investidos em melhorias no DF



Saúde	R\$ 271.549.681,00
Educação	R\$ 68.900.833,50
Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano	R\$ 45.639.067,47
Assistência Social	R\$ 24.622.167,00
Esporte	R\$ 54.063.325,53
Cultura	R\$ 14.156.305,00
Mulheres e Direitos Humanos	R\$ 13.665.924,00
Segurança Pública e Defesa	R\$ 7.885.000,00
Agricultura	R\$ 6.650.000,00
Meio Ambiente e Reciclagem	R\$ 2.817.358,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	R\$ 799.564,00
Total	R\$ 510.749.225,50



Cerca de **380 mil brasilienses** atendidos em cursos de capacitação, projetos e eventos esportivos, atividades e eventos culturais.



Construção da nova UBS de Santa Maria e Vicente Pires, elaboração do projeto do Hospital de São Sebastião, novos equipamentos para hospitais regionais, UPAs e UBSs.



Reforma de quadras poliesportivas, asfalto para acesso a escolas rurais, investimento em equipamentos para o ensino e garantiu novos campi do IFB em Sobradinho II e Sol Nascente.



Valorização do servidor, novos equipamentos de proteção, novas viaturas, construção de unidades operacionais.

Números de uma campeã do esporte no Congresso



28

leis em vigor



141

projetos apresentados



129

relatorias concluídas



R\$

510

milhões investidos no DF



Vem pra esse time!

Envie agora mensagem
para o nosso Whatsapp!

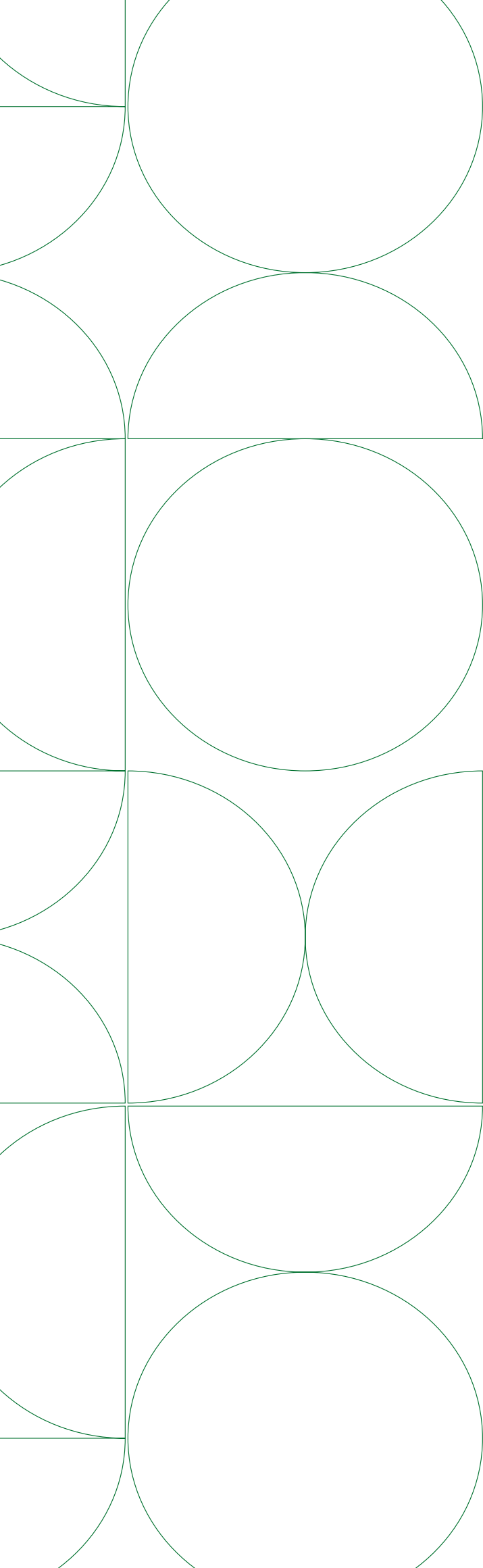


Aponte a sua câmera
para o QR CODE e
mande uma mensagem



(61) 99819-3888





Expediente

Jornalista responsável

Felipe Linhares – 8131 DRT-DF

Edição

Felipe Linhares

Projeto Gráfico e diagramação

João Guilherme Santana

Revisão

Ana Clara Nazário Saraiva

Felipe Linhares

Fernanda Teixeira

João Guilherme Santana

Lucas Mendes

Pedro Petrocelio

Rebeca Soares de Siqueira

Reportagens

Felipe Linhares

Fernanda Teixeira

Pedro Petrocelio

Roberto Homem